



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 09/2022 - TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0003198-65.2021.4.01.8012)

INTRODUÇÃO	
Referência Normativa	Resolução 182 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça e do Modelo de Contratações de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - MCTI-JF.
Responsabilidade	Equipe de Planejamento da Contratação.

1 - OBJETO
1.1. O presente termo de referência tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de rede sem fio, com assistência técnica pelo período de 60 (sessenta) meses e serviço de implantação, instalação configuração e treinamento, para atender as necessidades da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rondônia e Subseções, de acordo com as especificações e quantidades constante deste Termo e seus Anexos.
2 - FINALIDADE
2.1. A aquisição de novos equipamentos de rede sem fio para a JFRO (Seção Judiciária e Subseções) visa implantar uma solução de rede wireless e ativos necessários para seu pleno funcionamento com integração ao ambiente de redes da JFRO, de alta qualidade, garantindo <i>performance</i> e aderente aos padrões e infraestrutura adotados na Seccional e Subseções.

3 - JUSTIFICATIVA

3.1. A demanda pela implantação de sistema de comunicação sem fio na JF da 1ª Região é bastante antiga, remontando o exercício de 2011 (PA 6.919/2011) sendo que não chegou a ser efetivada devido ao custo estimado à época para a contratação, inadequação da demanda frente aos recursos orçamentários e reduzida projeção de uso.

3.2. Com a grande propagação de dispositivos móveis, considerável incremento de aplicações e mídias utilizadas nestes dispositivos e com a recente contratação de serviços de *suite* de produtividade em nuvem para a JF1 (Microsoft 365), a utilização de soluções móveis, pessoais e institucionais, para fins corporativos deverá ser bastante ampliada.

3.3. Existem iniciativas diversas na JF1 de provimento de acesso sem fio baseadas em equipamentos padrão *SOHO - Small Office/Home Office*, mas que não contam com recursos adequados de segurança, gerenciamento, controle e capacidade, tornando-as pouco recomendáveis para ambientes corporativos.

3.4. O uso da Tecnologia da Informação é uma ferramenta para otimização das atividades tanto de cunho administrativo quanto jurisdicionais, possibilita tanto a modernização da prestação jurisdicional quanto viabiliza o incremento de procedimentos mais ágeis, seguros, integrados e acessíveis aos jurisdicionados e demais cidadãos.

3.5. Esta contratação visa oferecer melhores serviços aos jurisdicionados, mediante o contínuo aprimoramento dos processos de trabalho, servindo-se das inovações tecnológicas disponíveis no mercado.

3.6. O serviço de instalação é absolutamente necessário em função da complexidade na montagem de tais equipamentos, que além de apresentarem características distintas entre fabricantes, usualmente estão sujeitos à perda da garantia se instalados por técnicos não certificados. Deste modo, não seria possível a implantação da solução sem que haja a contratação dos serviços de instalação e configuração da solução ofertada.

3.7. Quanto aos serviços de treinamento estes são necessários para correta capacitação das equipes técnicas da JFRO visando possibilitar a configuração, a parametrização, bem como o gerenciamento dos equipamentos e suas funcionalidades, uma vez que esta capacitação é indispensável para acompanhamento do funcionamento e operação da solução.

3.8. Benefícios Diretos e Indiretos:

3.8.1. Conectividade: prover acesso aos recursos e serviços *on-line* da JFRO através de qualquer dispositivo móvel.

3.8.2. Desempenho: garantir uma rede de dados sem fio de alto desempenho controlada por equipamentos robustos.

3.8.3. Disponibilidade: prover diversos meios de acesso aos serviços *on-line* da JFRO.

3.8.4. Mobilidade: disponibilizar acesso à rede da JFRO e seus recursos em qualquer local dentro da área de cobertura, sem necessidade de rede cabeada.

3.8.5. Flexibilidade: prover pontos de acesso à rede corporativa onde não é possível a passagem de cabos.

3.8.6. Escalabilidade: permitir uma maior capacidade de crescimento de forma ordenada e padronizada.

3.9. A contratação pretendida vai ao encontro dos objetivos estratégicos da JFRO.

3.10. A presente contratação encontra-se em consonância com o planejamento existente, e as diretrizes dos macrodesafios do Poder Judiciário, no aperfeiçoamento da gestão de custos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.

3.11. Por fim, cabe destacar, ainda, que este Termo de Referência foi elaborado seguindo o Decreto nº 7174/2010, a Resolução 182/2013 do CNJ e a Resolução 279/2013 do CJF. A Seção de Tecnologia da Informação -SEINF, realiza as suas aquisições de equipamentos, materiais e serviços de Tecnologia da Informação (TI) com base em seu PDTI e demais planos. Os artefatos que embasam a contratação foram elaborados em conformidade com o MCTI-JF e com a Instrução Normativa 01/2019 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital, quais sejam: a) Estudo técnico preliminar (14100325) e b) análise de riscos (14100320).

4 - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A ação, objeto deste termo, está alinhada com os seguintes planos:

4.1.1. Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015/2020, instituída pela Resolução 198/2014-CNJ.

4.1.2. Plano Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região - Planest 2021/2026, aprovado pela Portaria Presi 224/2021 (13325013).

4.1.2.1. Macrodesafio 1: Fortalecimento da relação institucional da Justiça Federal com a sociedade

4.1.2.1.1. Objetivo Estratégico:

- a) Elevar a qualidade dos serviços prestados
- b) Ampliar o oferta de serviços digitais

4.1.2.2. Macrodesafio 2: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados

4.1.2.2.1. Objetivo Estratégico:

- a) Aprimorar a estrutura física e organizacional administrativa e judicial

4.1.3. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI para 2021-2026, ambos aprovados pela resolução CJF-RES-2020/00685 de 15 de dezembro de 2020.

4.1.4. PAC TI 2021, aprovado pela Portaria SJRO-Diref 54/2021 12738017.

4.1.5. Resolução CNJ n. 370/2021, institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da informação do poder Judiciário (ENTIC-JUD).

4.1.6. Resolução CJF 477 de 28 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre Política de Nivelamento de infraestrutura de Tecnologia da informação da Justiça Federal.

4.1.7. Resolução 279 de 27 de dezembro 2013, emitida pelo Conselho da Justiça Federal.

4.2. Classificação Orçamentária:

4.2.1. Fonte:

4.2.2. Valor: a estimar,

5 - BASE LEGAL

5.1. Da modalidade de Licitação:

5.1.1. Recomenda-se que esta licitação seja efetuada na modalidade Pregão Eletrônico, conforme disposto na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, por se tratar de serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado. Propõe-se que a adjudicação seja por **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerando:

5.1.1.1. Que há interdependência entre os itens que compõe este termo, justificando o fornecimento dos bens e a prestação dos serviços pela mesma empresa, visa a padronização quanto aos equipamentos ofertados, bem como a mitigação dos riscos de eventuais descompassos no projeto de implantação, nos serviços de instalação, configuração e treinamento, o que poderá causar a perda da garantia e até total indisponibilidade dos equipamentos, impossibilitando a Administração de alcançar os resultados pretendidos. Deste modo, a contratação de um único fornecedor apresenta-se como a forma de contratação mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica.

5.1.1.2. O agrupamento em lotes, também, se justifica pelo aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento do(s) fornecedor(es). Além disso, visa garantir compatibilidade e padronização entre os itens. O agrupamento do presente objeto não é uma

afronta a Súmula no 247 do TCU, conforme jurisprudências observadas nos Acórdãos no 5.260/2011 – TCU – 1ª Câmara e no 861/2013 – TCU – Plenário, uma vez que visa atender as questões de economicidade e necessidade de padronização do objeto.

5.1.2. Do Registro de Preços

5.1.2.1. Deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços, conforme estabelece o Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pelos seguintes aspectos:

5.1.2.1.1. Não há previsão imediata de aquisição para as quantidades registradas, possibilidade de contratação parcelada do objeto e o Art. 5º da Resolução Nº 477 do CJF que informa que as aquisições e contratações de Ativos de Rede, serão concretizadas, preferencialmente, por meio do sistema de registro de preços.

5.1.2.1.2. Nos termos do §1º do art. 4º do Decreto 7.892/2013, é inviável a divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP em face da inviabilidade operacional para participação de outros órgãos, bem assim em razão da inexistência de norma complementar para regulamentar o procedimento.

5.1.2.1.3. Pela natureza da solução, não dá para estimar as áreas de sombra (áreas sem cobertura da rede wifi) que porventura possam existir no momento da instalação das quantidades iniciais demandadas (itens 02, 04, 05 e 06), sendo necessário o fornecimento de quantidades adicionais quando na verificação do item 08, de maneira parcelada, a fim de que a solução seja completada em todas as áreas dos prédios, de acordo com as demandas e orçamentos disponíveis.

5.1.2.1.4. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, sendo os mesmos incluídos na respectiva Ata de Registro de Preços na condição de cadastro de reserva e mantida a ordem de classificação do certame, sem prejuízos para o licitante melhor classificado (art. 10, caput e parágrafo único, art. 11, caput, inciso I e §1º do Decreto 7.892/2013).

5.1.2.1.5. A figuração do licitante no cadastro de reserva não obriga a administração à contratação;

5.1.2.1.6. Cancelado o registro de preço em relação ao vencedor da licitação (§1º do art. 11 do Decreto 7.892/2013), os demais licitantes que constem do cadastro de reserva poderão ser convocados, na mesma ordem de classificação da fase competitiva, para prosseguir na execução do serviço. Aceita a convocação e cumpridos os requisitos legais e regulamentares, nova Ata de Registro de Preços será editada em favor do novo beneficiário, permanecendo na condição de cadastro de reserva os licitantes integrantes da Ata original que permanecerão na ordem de classificação antes estabelecida;

5.1.2.1.7. Não há possibilidade de autorizar pedidos de adesões a Atas de Registro de Preços em editais da JFRO, até que seja expedido normativo para regulamentar o procedimento, pelo órgão competente.

5.1.3. Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei n. 8.248, de 23 de outubro de 1991, regulamentada pelo art. 5º do Decreto n. 7.174, de 12 de maio de 2010, observando-se a seguinte ordem:

5.1.3.1. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

5.1.3.2. Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país.

5.1.3.3. Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI

6.1. Segue abaixo a planilha contendo os itens e quantitativos a serem registrados:

Lote	Item	Descrição	Medida	Quantidade		Código SIASG	Código SICAM	Sustentável	Critérios Utilizados	
				Por órgão	Quantidade Total			(sim/não)		
Único	01	Solução de gerência de rede sem fio (WLAN), com garantia de 60 meses	Unidade	SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - PORTO VELHO	01	01			SIM	Definido no item 12 deste Termo.
	02	Ponto de Acesso Sem Fio (Access Point-AP), com garantia de 60 meses	Unidade	SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - PORTO VELHO	40	64			SIM	
				SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VILHENA	10					
				SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ	12					
				UAA DE GUAJARÁ-MIRIM	02					
	03	Switch de acesso PoE, com garantia de 60 meses	Unidade	SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - PORTO VELHO	03	03			SIM	
	04	Injetor PoE, com garantia de 60 meses	Unidade	SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VILHENA	10	24			SIM	
				SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ	12					
UAA DE GUAJARÁ-MIRIM				02						
05	Serviços de instalação e configuração da Solução de Gerência de Rede Sem Fio (WLAN) - (item 1)	Unidade	SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - PORTO VELHO	01	01			SIM		
	Serviços de instalação e		SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - PORTO VELHO	40						

06	configuração de ponto de acesso, switch PoE ou injetor (itens 2, 3 ou 4)	Unidade	SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VILHENA	10	64			SIM
			SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ	12				
			UAA DE GUAJARÁ-MIRIM	02				
07	Treinamento telepresencial	Turma	SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - PORTO VELHO	01	01			SIM
08	Site Survey	Unidade	SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA - PORTO VELHO	01	03			SIM
			SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VILHENA	01				
			SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ	01				

6.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Portal de Compras Governamentais (código BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

6.2. Quando efetivada a contratação deverão ser priorizados os serviços de site survey e instalação de pontos de acesso.

7 - DA PROPOSTA

7.1. Será permitido o uso de expressões técnicas de uso comum na língua inglesa.

7.2. Todos os equipamentos cotados deverão estar em linha de produção, ou seja, sendo produzidos e comercializados pelo fabricante na data da licitação.

7.2.1. Todos os softwares cotados deverão estar em sua última versão disponível.

7.3. Apresentar, juntamente com a proposta, certificado, declaração ou documento idôneo do fabricante a fim de comprovar que o equipamento, correspondente aos itens 02, 03 e 04 (se controladora física) do objeto ofertado, não utilizam materiais que agredem ao meio ambiente, em concentração acima da recomendada, observados os requisitos estabelecidos no item 12 deste Termo e itens 2.58, 3.12 e 4.3.8 do Anexo I.

7.4. Descrever individualmente e com clareza os bens e serviços ofertados, indicando a marca, o modelo, as quantidades, os valores e outras informações aplicáveis e necessárias à perfeita caracterização dos itens ofertados, assim como de todos os seus componentes expansíveis, opcionais ou que possam oferecer variação de configuração de forma a permitir a correta identificação destes na documentação técnica apresentada.

7.4.1. Incluir, no preço ofertado, todos os custos diretos ou indiretos decorrentes da contratação, independentemente dos previstos neste Termo.

7.5. Para os equipamentos e softwares, correspondentes aos itens de 01, 02, 03 e 04 do objeto, a contratada deve fazer acompanhar às propostas, preferencialmente por meio eletrônico, manuais, catálogos, folhetos, impressos, publicações originais do fabricante ou outros documentos suficientes para comprovação dos requisitos técnicos do equipamento ofertado (tais como cópia de tela), bem como o formulário de avaliação técnica, conforme Anexo VI deste Termo, no qual deverá constar a identificação e página do documento comprobatório e o texto onde se encontra descrita cada uma das funcionalidades e características da solução ofertada.

7.5.1. Caso a licitante não disponha de catálogos, folhetos, impressos ou publicações originais do fabricante quanto às especificações técnicas dos componentes, deverá apresentar declaração do fabricante do equipamento em questão com as referidas especificações.

7.6. A Licitante deverá apresentar juntamente com a proposta declaração **que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços**, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos, com vistas a proteger o interesse da Administração, na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1.174/2008 – Plenário - TCU.

7.7. A Licitante deve apresentar documento idôneo a fim de comprovar que os equipamentos correspondentes ao item 02 do objeto, foram devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações, nos termos da Resolução ANATEL 715, de 23 de outubro de 2019 e conforme previsto na especificação técnica, Anexo I deste Termo.

8 - VISTORIA

8.1. À LICITANTE será possibilitado vistoriar os locais de prestação dos serviços, no período das 9h às 18h, sob agendamento prévio a ser realizado por telefone (69) 2181-5711 ou por e-mail seinf.ro@trfl.jus.br.

8.1.1. A faculdade da vistoria visa à realização de visita às dependências da Justiça Federal em Rondônia e Subseções Judiciárias de Vilhena e Ji-Paraná e Unidade Avançada de Atendimento em Guajará-Mirim, mediante agendamento prévio, para verificar os locais de instalação dos equipamentos e locais de prestação dos serviços de instalação (passagem de cabos, estrutura predial para fixação de equipamentos e fixação de eletrocalhas), devendo em todo caso apresentar declaração nos termos do item 7.6 deste termo.

8.1.2. A vistoria tem por finalidade avaliar as condições das instalações atualmente existentes e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto, bem como avaliar a forma de melhor executar o objeto, comparativamente aos recursos técnicos de que dispõe, observada a complexidade do ambiente do Contratante.

8.2. A LICITANTE deverá apresentar declaração juntamente com a proposta **que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços**, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos, com vistas a proteger o interesse da Administração, na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1.174/2008 – Plenário - TCU.

9 - HABILITAÇÃO

9.1. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de:

9.1.1. Um ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa que comprove a configuração de solução Wi-Fi com recursos de controladora e capacidade de gerenciamento de, no mínimo, 10 pontos de acesso.

9.1.1.1. A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica, se justifica por refletir os critérios técnicos preponderantes e de maior complexidade nesta contratação, item 06 do objeto, uma vez que a eventual incapacidade técnica operacional do fornecedor, poderá gerar impactos negativos na obtenção dos benefícios esperados e no atendimento aos requisitos de negócio. Deste modo, a exigência possibilita a avaliação da capacidade técnica operacional das Licitantes, para instalação e configuração de rede wi-fi, sem os quais a segurança da solução TIC ficaria comprometida, impondo riscos ao ambiente corporativo da JFRO, impossibilitando a obtenção dos benefícios esperados com a presente contratação, sendo a habilitação técnica o meio eficaz para mitigar riscos previamente definidos na Análise de Riscos 14100320, em especial risco de contratação de fornecedor não qualificado.

9.1.1.2. Destaca-se que a referida exigência corresponde a 33% do total de ponto de acesso estimado para o item 2 do objeto desta contratação, conforme subitem 6.1 deste Termo. O total de pontos de acesso exigidos para fins de habilitação é inferior ao total de pontos de acesso previstos para atendimento, caracterizando assim que a licitante vencedora tenha experiência mínima de provimento do serviço em prédio de porte médio, incluindo a complexidade inerente a instalação e configuração objeto do item 06.

9.1.1.3. Por todo o exposto, a exigência está alinhada com a Súmula nº 263/2011 do TCU, por se tratar de comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, limitada à parcelas de maior relevância e inferior a 50% do objeto pretendido.

9.1.2. Para a comprovação das quantidades exigidas será aceito o somatório de atestados.

9.1.3. A licitante deverá, caso seja solicitado, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços.

10 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. As especificações técnicas dos equipamentos e serviços estão descritas no Anexo I deste Termo de Referência.

11 - GARANTIA TÉCNICA

11.1. Da assistência técnica da garantia.

11.1.1. A assistência técnica da garantia deverá ser realizada pela CONTRATADA e/ou diretamente pelo fabricante dos equipamentos, presencial ou remotamente mediante autorização prévia do CONTRATANTE, no endereço de instalação dos respectivos equipamentos constantes no item 16 deste Termo, os referidos serviços devem ser executados por profissionais devidamente qualificado.

11.1.1.1. A solicitação de contratação de garantia junto ao fabricante do equipamento é justificável, uma vez que tal exigência, prática usual de mercado observada nas últimas contratações concretizadas por este órgão, faz-se necessária devido à especialização dos equipamentos, fornecimento de atualizações (desenvolvidas e disponibilizadas exclusivamente pelo fabricante), funcionalidade de *call home* (abertura proativa de chamados junto ao fabricante), resolução de incidentes avançados, fornecimento de atualizações de *firmware* ou *patches* de *software* embarcado que são de acesso exclusivo do fabricante, além de minimizar os riscos de prejuízos causados por elevados períodos de indisponibilidades de serviços de TI decorrentes da má prestação de serviços pela contratada e dos procedimentos necessários para reparação dos equipamentos de forma emergencial.

11.1.2. A garantia dos equipamentos e softwares, para os itens 01, 02, 03 e 04, contempla suporte ao funcionamento dos equipamentos, fornecimento de peças e atualização de software, com atendimento em dias úteis, das 9h00 às 18h00, do horário oficial da cidade a ser atendida, por um período mínimo de **60 (sessenta) meses** contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

11.1.3. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, a própria CONTRATADA, às suas expensas, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, estará obrigada a atender às solicitações do CONTRATANTE de acordo com os prazos estabelecidos no subitem 11.1.8.

11.1.4. A CONTRATADA deverá prestar atendimento às solicitações do CONTRATANTE para manutenção de hardware e para os serviços abaixo discriminados, quando solicitado:

11.1.4.1. Substituir quaisquer peças, componentes e acessórios defeituosos;

11.1.4.2. Corrigir defeitos de fabricação ou de projeto;

11.1.4.3. Fornecer novas versões e atualizações de *firmware* e do *software* que acompanha a solução;

11.1.4.4. Prestar informações de melhores práticas de implementação de funcionalidades e prestar esclarecimento de dúvidas de quaisquer aspectos que envolvam o funcionamento e configuração do equipamento;

11.1.4.5. Realizar checagem de saúde dos equipamentos sob qualquer condição, tais como: mudança de infraestrutura, mudança de localização do equipamento, verificação de performance, dentre outros;

11.1.5. A substituição de equipamento, peças, componentes e acessórios defeituosos, em qualquer caso, deverão ser feita por item equivalente, assim considerado aquele que apresentar todas as características técnicas especificadas neste Termo de Referência, ou que possua características superiores a estas, não sendo aceitos itens recondicionados.

11.1.6. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços;

11.1.7. A CONTRATADA deverá fornecer um número telefônico ou e-mail para abertura e acompanhamento dos chamados de assistência técnica da garantia, disponível para atendimentos em

dias úteis, das 9h00 às 18h00, do horário oficial de Porto Velho. Este atendimento deverá ser em português do Brasil.

11.1.8. O prazo do término do atendimento será contado a partir do dia útil seguinte do registro da solicitação na central de atendimento da CONTRATADA efetuado pela CONTRATANTE, e não poderá ultrapassar os seguintes prazos, conforme nível de criticidade:

Nível de Criticidade	Descrição do Impacto ao Negócio	Prazo Máximo de Resolução
1 - Crítico	Situação emergencial ou problema crítico que cause a indisponibilidade do ambiente, isto é, os usuários finais não conseguem utilizar ou ter acesso às aplicações servidas.	1(um) dia útil
2 - Alto	Degradação do ambiente de produção onde alguma função da solução está indisponível ou intermitente.	2 (dois) dias úteis
3 - Médio	Degradação do ambiente de produção, embora isso ainda não afete o usuário final, onde a solução apresenta algum erro de funcionamento ou divergência com as especificações requeridas.	5 (cinco) dias úteis
4 - Baixo	Manutenção corretiva ou preventiva com baixo impacto nas rotinas da JFRO.	10 (dez) dias úteis

Tabela 02 - Níveis de Serviço

11.1.8.1. Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, condicionado à aprovação do CONTRATANTE, através do setor competente.

11.1.8.2. Se o incidente for resolvido por meio de solução provisória (contorno), para qualquer nível de criticidade, a Contratada deverá resolver definitivamente o problema no prazo a ser definido pelo Gestor do Contrato, de acordo com a especificidade do caso concreto, usando critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

11.1.9. Caso os serviços de assistência técnica da garantia não possam ser executados nas dependências do CONTRATANTE ou o equipamento não possa ser reparado dentro dos prazos previstos, esse poderá ser removido para o Centro de Atendimento da CONTRATADA, mediante:

11.1.9.1. Justificativa por escrito dos problemas e apresentação ao setor competente do CONTRATANTE que fará o aceite e providenciará a autorização de saída do equipamento.

11.1.9.2. Disponibilização de equipamento equivalente ou de configuração superior até que seja sanado o defeito do equipamento, observado o prazo de 30 (trinta) dias úteis para o reparo, admitida a prorrogação em caso de justificativa técnica aceita pela administração.

11.1.10. Antes de findar os prazos fixados nos itens 11.1.8. e 11.1.9.2. a CONTRATADA poderá formalizar pedido de prorrogação, nos termos do item 18.10. deste Termo.

11.1.10.1. Não serão aceitas como justificativas para dilação de prazo a falta de peças de reposição ou de profissionais para execução dos serviços.

11.1.11. A critério da CONTRATADA o equipamento defeituoso poderá ser trocado por outro de mesma marca e modelo, mediante informação ao gestor contendo detalhamento a respeito do número de série do novo equipamento, para fins de regularização patrimonial. Cabe ao CONTRATANTE informar a opção pela troca à localidade responsável para a devida regularização.

11.1.12. Toda e qualquer substituição de peças e componentes deverá ser acompanhada por funcionário designado pelo CONTRATANTE, que autorizará a substituição das peças e componentes,

os quais deverão ser novos e originais.

11.1.13. Após a conclusão da manutenção de qualquer equipamento, a CONTRATADA deverá gerar documento relatando as atividades desenvolvidas e eventuais substituições de peças e componentes, contendo a identificação do chamado técnico, a data e hora do início e término do atendimento.

11.1.14. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que constatar condições inadequadas de funcionamento ou má utilização a que estejam submetidos os equipamentos fornecidos, fazendo constar a causa de inadequação e a ação devida para sua correção.

12.1.15. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado, após solicitação do CONTRATANTE, por um novo e de primeiro uso, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, na hipótese de recorrência de chamados de assistência técnica por causas similares ou defeitos de mesma natureza, dentro do prazo de garantia.

11.1.15.1. Entende-se por recorrência a abertura de 3 (três) chamados de assistência técnica no período de 20 (vinte) dias corridos por causas similares ou defeitos de mesma natureza.

11.1.16. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos seus técnicos ao local da instalação ou manutenção do equipamento, bem como pela retirada e entrega e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondente.

11.1.17. A CONTRATADA deverá substituir toda e qualquer peça e componentes defeituosos, mesmo aqueles sujeitos a desgaste natural.

11.2. A CONTRATADA deverá garantir os serviços de instalação, pelo período mínimo de 90 (noventa) dias, compreendendo defeitos e vícios de qualidade e quantidade, conforme definido neste termo e observada a previsão da Lei n.º 8.078/1990, sobre o tema, a contar:

11.2.1. Da data do recebimento definitivo, pelo CONTRATANTE, em se tratando de defeitos ou vícios aparentes ou de fácil constatação.

11.2.2. Da sua evidência, nos casos de defeitos ou vícios ocultos.

12 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, a CONTRATADA deverá:

12.1.1. Observar que o equipamento, correspondente aos itens 01 (se controladora física), 02 , 03 e 04 do objeto não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS27 (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que o atendimento a essa diretiva deve ser comprovado por meio de certificado ou por declaração do fabricante, nos termos do inciso IV do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

12.1.2. O atendimento dessas diretivas, definida nos subitem 12.1.1. devem ser comprovado por meio de certificado emitido por entidade oficial ou por declaração do fabricante, nos termos do parágrafo 1º do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

12.2. Deverão ser ainda observadas as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região (RESOLUÇÃO PRESI 4/2016), em especial o disposto no Art. 3º da referida resolução e o Art. 17 da Resolução Nº 201/2015.

12.3. O resíduo originado pelas embalagens na JFRO será destinado às cooperativas de catadores de recicláveis, como parte do plano de ação do PLS.

12.4. Logística reversa para as peças e componentes substituídos durante a vigência da garantia técnica, os quais deverão ter seu descarte adequado obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes neste termo, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá comprovar, como requisito para aceitação definitiva dos equipamentos, contratação dos serviços de garantia junto ao fabricante do equipamento, observando o período de 60 meses previsto em 11.1.2.

13.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo e em seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

13.4. A CONTRATADA não poderá fornecer equipamentos, componentes e softwares que estejam classificados como *end of sale* ou *end of support*, no site do fabricante, na data da entrega da solução.

13.4.1. Caso os equipamentos, componentes e softwares ofertados venham a ser classificados como *end of support*, durante nos 12 (doze primeiros meses) da garantia técnica, a CONTRATADA deverá fornecer outro, igual ou superior à linha ofertada na proposta e aceita no certame licitatório, atendendo aos requisitos do Edital e seus anexos.

13.4.2. Caso os equipamentos, componentes e softwares ofertados venham a ser classificados como *end of support*, a partir do 13º mês de garantia técnica e até o término de sua vigência, a CONTRATADA deverá garantir suporte da solução, com fornecimento de peças e componentes, dentro dos prazos estabelecidos no item 12 deste termo, não sendo aceita justificativa de eventual inexistência de peças, componentes e demais insumos para prorrogação dos referidos prazos. Caso não seja possível a realização do suporte a CONTRATADA deverá fornecer outro equipamento, igual ou superior à linha ofertada na proposta e aceita no certame licitatório, atendendo aos requisitos do Edital e seus anexos.

13.5. Atender aos prazos estabelecidos no item 20 deste Termo.

13.6. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, os equipamentos, juntamente com todos os itens acessórios de hardware e software necessários à perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, suportes, drivers de controle e programas de configuração e etc.

13.7. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os manuais e quaisquer outros elementos acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento e adequação ao ambiente existente, além, de demais literaturas técnicas pertinentes, bem como respectivas notas fiscais e/ou faturas.

13.8. Correrá por conta exclusiva do fornecedor a responsabilidade pelas despesas de encargos tributários, bem como transporte e alimentação do instrutor e do seu técnico, bem como pela retirada e entrega dos equipamentos e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

13.9. Comunicar à CONTRATANTE, antes de findo o prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.10. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE acerca de dúvidas quanto a procedimentos de instalação, configuração ou atualização dos produtos.

13.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

13.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

13.13. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

13.14. Prestar assistência técnica, mediante contratação de garantia dos equipamentos junto ao fabricante, por um período de 60 meses a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo quando da abertura de chamados técnicos pelo CONTRATANTE.

13.15. Respeitar os prazos contratuais máximos de atendimento de chamados técnicos.

13.16. A CONTRATADA fornecerá para avaliação, até 10 (dez) dias úteis antes do início do programa de treinamento, a comprovação da qualificação dos instrutores, bem como a programação da capacitação operacional.

13.16.1. A comprovação da certificação/habilitação dar-se-á pela apresentação de currículos, certificados ou declarações do fabricante apresentados à CONTRATANTE.

13.16.2. O conteúdo programático deverá ser comprovado através de cópias do material didático contendo, entre outros, apostilas e slides que abordem todo o programa proposto.

13.16.3. O CONTRATANTE terá 5(cinco) dias úteis para avaliação do conteúdo programático e da comprovação da qualificação dos instrutores.

13.16.4. Caso não seja(m) aprovado(s) o(s) instrutor(es) ou o material didático, a CONTRATADA terá 5 (cinco) dias úteis para submeter outro(s) instrutor(es) ou novo material didático, conforme o caso, para avaliação de acordo com o disposto no Anexo I deste Termo.

13.16.5. Os prazos definidos neste item não interferem no prazo para início e fim do programa de capacitação operacional definido no item 20 deste Termo.

13.17. A empresa CONTRATADA deverá realizar a logística reversa ou descarte ambiental de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei das peças e componentes substituídos durante a execução dos serviços de garantia técnica, realizando seu recolhimento nos mesmos locais de entrega do bem, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.17.1. A retirada das peças e componentes poderá ocorrer de forma concomitante com sua substituição, com registro da retirada no documento do atendimento, ou a posteriori, mediante recibo de retirada dos bens.

13.17.2. No decorrer da contratação, poderá ser exigido do fornecedor apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de logística reversa ou destinação ambiental nos termos da legislação vigente, sendo a veracidade das informações prestadas de responsabilidade do fornecedor.

13.18. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação da origem dos itens importados, nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto 7.174/2010;

13.19. Será admitida a subcontratação dos serviços constantes no item 06 do objeto deste termo.

13.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócio, devendo orientar seus empregados nesse sentido, compromete-se com os termos do Anexo VII deste contrato, denominado Compromisso de Confidencialidade de Informações

14 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.1.** Proporcionar todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto desta contratação;
- 14.2.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto do Contrato;
- 14.3.** Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto do contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;
- 14.4.** Assegurar à CONTRATADA o acesso as suas dependências onde serão entregues os produtos e executados os serviços;
- 14.5.** Recusar o recebimento de produtos que não estiverem em conformidade com as especificações constantes deste Termo e da proposta apresentada pela CONTRATADA;
- 14.6.** Solicitar o reparo, a correção ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 14.7.** Designar servidor/equipe que ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato;
- 14.8.** Anotar em registro próprio e comunicar, de imediato, à CONTRATADA, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados no fornecimento/execução destes;
- 14.9.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;
- 14.10.** O Executor do Contrato deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 14.11.** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no Contrato.
- 14.12.** Realizar reunião de alinhamento com a CONTRATADA, **em até 10 (dez) dias corridos** após a assinatura do contrato, visando a elaboração do cronograma de implantação da solução.

15 - RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

15.1. Para o objeto do presente termo o recebimento se dará da seguinte forma:

15.1.1. Equipamentos e Softwares, itens 01 a 04:

15.1.1.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do item, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.1.1.2. Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços de instalação, configuração e implantação, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

15.1.2. Serviços de implantação, instalação e configuração, itens 05 e 06:

15.1.2.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão da ativação dos equipamentos, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

15.1.2.2. Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório dos serviços de instalação, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

15.1.3. Treinamento, item 07:

15.1.3.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da emissão do certificado de conclusão, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de que os mesmos foram prestados de acordo com as necessidades do Contratante.

15.1.3.2. Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após verificação do atendimento integral às especificações descritas no Edital.

15.1.4. Site Survey, item 08:

15.1.4.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do serviço, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de que os mesmos foram prestados de acordo com as necessidades do Contratante.

15.1.4.2. Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após verificação do atendimento integral às especificações descritas no Edital.

15.2. Os equipamentos e serviços serão recusados nos seguintes casos:

15.2.1. Quando entregues com especificações técnicas inferiores ou divergentes das contidas neste termo de referência;

15.3. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

16 - LOCAL DA ENTREGA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

16.1. Os equipamentos deverão ser entregues na sede da Justiça Federal em Rondônia e Subseções Judiciárias de Vilhena e Ji-Paraná e Unidade Avançada de Atendimento em Guajará-Mirim, conforme endereço disponível abaixo, em dias úteis, no horário de expediente normal, das 08:00 às 16:00 horas, sob agendamento prévio a ser realizado por telefone (69) 2181-5711/5735 ou por e-mail seinf.ro@trfl.jus.br.

16.1.1. Av. Presidente Dutra, 2203 - Baixa União - CEP 76805-902 - Porto Velho - Rondônia

16.1.2. Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 1196 - Centro - CEP 76987-174 - Vilhena - Rondônia

16.1.3. Rua Raimundo Alves de Abreu, 925 - Centro - CEP.76900-038 - Ji-Paraná - Rondônia

16.1.4. Av. Presidente Dutra, 108 - St.01 - CEP 76850-000, Guajará-Mirim - Rondônia.

16.2. A execução dos serviços, itens 05, 06, 07 e 08 do objeto, deverão ser realizados nos endereços disponíveis abaixo, preferencialmente, em dias úteis, no horário de expediente normal, das 08:00 às 16:00 horas, sob agendamento prévio a ser realizado por telefone no número (69) 2181-5711 ou por e-mail contato seinf.ro@trfl.jus.br, desde que não haja interrupção dos serviços na localidade.

16.3. Os softwares que integram a solução, deverão ser disponibilizados por meio eletrônico (download ou e-mail).

16.3.1 O endereço para instalação e configuração dos softwares é o mesmo descrito no subitem 16.1.1 a 16.1.4.

17 - PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado, até o 15º (décimo quinto) dia útil, a contar da data do atesto do documento de cobrança, devidamente protocolado no setor competente do CONTRATANTE.

17.2. O pagamento deverá ocorrer da seguinte forma:

17.2.1. Para os equipamentos, objeto dos itens 01, 02, 03 e 04.

17.2.1.1. 60% (sessenta por cento) após o recebimento provisório, por ordem de fornecimento;

17.2.1.2. 40% (quarenta por cento) após o recebimento definitivo.

17.2.2. Para os softwares e serviços, objeto dos itens 05 a 08.

17.2.2.1. 100% (cem por cento) após o recebimento definitivo, por ordem de execução de serviço.

17.3. A forma de pagamento se justifica pela restrição orçamentária para o próximo exercício, vale destacar que por experiência da JF1 esse tipo de equipamento dificilmente apresenta algum tipo de falha e sua garantia terá início a partir do recebimento definitivo.

17.4. Deverá constar do documento de cobrança o número do contrato firmado com o CONTRATANTE.

17.5. A CONTRATADA deverá comprovar, para fins de pagamento, a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF), quanto à Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos às Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

17.6. Poderá ser dispensada a apresentação dos referidos documentos, se confirmada sua validade em consulta on line ao SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores.

17.7. Os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, desde que satisfeitas às condições estabelecidas neste contrato.

17.8. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

17.9. Havendo erro no documento de cobrança, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

17.10. Os pagamentos estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos, conforme legislação vigente.

18 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos (art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o art. 49 do Decreto 10.024/2019).

18.2. A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na forma do disposto no art. 49 do Decreto 10.024/2019.

18.3. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 18.1 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

18.4. Caso a empresa se recuse a assinar o contrato, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do subitem 18.1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a sanção prevista na alínea “c” do mesmo subitem.

18.5. Quaisquer atrasos injustificados na entrega do objeto contratado sujeitará a contratada à multa de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso, calculada sobre o valor do equipamento, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

18.5.1. A partir do 21º dia, a multa por dia passa a ser de **0,5% (cinco décimos por cento)**, até o limite de **10% (dez por cento)**, considerado o limite total de **14% (quatorze por cento)** da multa cumulada com a penalidade do subitem 18.5. a partir do qual será considerado inexecução total do contrato com aplicação da penalidade prevista no item 18.8.

18.6. Quaisquer atrasos injustificados na execução dos serviços instalação, treinamento e garantia técnica, ainda que reincidente, sujeitará a contratada à multa de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso, calculada sobre o valor dos serviços ou equipamento em questão, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

18.6.1. A partir do 21º dia, a multa por dia passa a ser de **0,5% (cinco décimos por cento)**, calculada sobre o valor do equipamento em questão, até o limite de **10% (dez por cento)**, considerado o limite total de **14% (quatorze por cento)** da multa cumulada com a penalidade do subitem 18.6.

18.6.2. O limite máximo de multa por atraso na prestação dos serviços de garantia técnica a ser aplicada será de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, resguardada a faculdade da Administração, a qualquer momento, efetuar a resolução contratual, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 18.8.

18.7. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o CONTRATANTE, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a CONTRATADA, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 18.5.

18.8. A inexecução parcial ou total deste instrumento, por parte da CONTRATADA, poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não executada ou sobre o valor total do contrato, respectivamente.

18.9. Se em decorrência de ação ou omissão, pela CONTRATADA, o cumprimento da obrigação inadimplida tornar-se inútil em momento posterior, a CONTRATADA estará sujeita à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato e por ocorrência, sem prejuízos das demais cominações contratuais e legais aplicáveis.

18.10. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

18.10.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao CONTRATANTE até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

18.11. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste item será prontamente indeferido, sujeitando-se a CONTRATADA às sanções previstas neste instrumento.

18.12. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o CONTRATANTE, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 18.5.

18.13. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da CONTRATADA, descontado da garantia contratual ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).

18.14. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.15. O CONTRATANTE promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à CONTRATADA.

19 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Supervisor da Seção de Tecnologia da Informação (Seinf) e a fiscalização técnica será exercida pelo Encarregado do Setor de Segurança da Informação e Infraestrutura (Setsei) e Responsável pela Seção de Suporte Técnico (Sersup).

20 - VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAIS

20.1. Este contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRF 1ª Região.

20.2. A entrega, a instalação, a configuração, o treinamento e os testes, devem ocorrer observados os seguintes prazos:

20.2.1. Entregar os equipamentos e softwares, itens de 01 a 04 do objeto, nas localidades indicadas pelo CONTRATANTE, conforme cláusula segundo deste instrumento, em até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

20.2.2. Para o item 05: Implantar, Instalar e configurar a solução contratada em até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Execução de Serviço.

20.2.3. Para o item 06: Implantar, Instalar e configurar a solução contratada em até **20 (vinte) dias úteis**, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Execução de Serviço.

20.2.4. Para o item 07: Treinar as equipes da CONTRATANTE:

20.2.4.1. O prazo de início do treinamento será de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da Ordem de Execução de Serviço.

20.2.4.2. O prazo para início do treinamento substitutivo, conforme previsto no subitem 7.21 do Anexo II do Edital, será de até **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de comunicação do resultado da avaliação.

20.2.4.3. Faculta-se ao CONTRATANTE solicitar a substituição do(s) instrutor(es) até **3 (três) dias úteis** após o início do treinamento.

20.2.4.4. Os certificados deverão ser entregues no prazo de **10 (dez) dias corridos** contados após o término do treinamento.

20.2.5. Para o item 08: Executar o serviço de Site Survey em até **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da Ordem de Execução de Serviço.

20.3. Será admitida a prorrogação dos prazos do parágrafo § 1º, desde que previamente solicitada pela CONTRATADA, devendo ser motivada por caso fortuito ou força maior registrados no Diário de Obra ou por meio de documentos hábeis:

20.4. Em caso de atraso na execução dos serviços, por ato imputado exclusivamente a CONTRATADA, esta deverá suportar os ônus decorrentes das despesas associadas à dilação da execução dos serviços da obra, como por exemplo, taxa de administração e controle, consumo de água e energia da obra.

20.5. O término do prazo de vigência da contratação não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas.

20.6. Após o recebimento definitivo de cada contrato, inicia-se o **período de garantia para os itens 01, 02, 03 e 04**, em todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, por um **período de 60 (sessenta) meses**.

21 - GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b. Seguro-garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”; ou
- c. Fiança bancária.

21.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, devendo o interessado procurar a Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Rondônia para obter instruções de como efetuar-la.

21.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

21.4. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza ao CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

21.4.1. A retenção efetuada não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a CONTRATADA.

21.4.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.5. A CONTRATADA, quando optar pelo seguro-garantia, a fim de garantir eventuais prejuízos indiretos causados à CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

21.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

21.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d. Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

21.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

21.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

21.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.12. Quanto houver atualização do valor contratado, por meio de reequilíbrios e reajustes, ou acréscimo por meio de aditamento de serviços, a CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do contrato, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

21.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.14. A garantia será considerada extinta:

- a. com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b. com o término da vigência do contrato que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

22 - ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

22.1. Procedimento para Levantamento de Custos:

22.1.1. Os custos para a contratação serão obtidos em levantamento de preços realizado pela Selit.

Lote	Item	Descrição	Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
ÚNICO	01	Solução de gerência de rede sem fio (WLAN), com garantia de 60 meses	Licença	01		
	02	Ponto de Acesso Sem Fio (Access Point-AP), com garantia de 60 meses	Unidade	64		
	03	Switch de acesso PoE, com garantia de 60 meses	Unidade	03		
	04	Injetor PoE, com garantia de 60 meses	Unidade	24		
	05	Serviços de instalação e configuração da Solução de Gerência de Rede Sem Fio (WLAN) - (item 1)	Unidade	01		
	06	Serviços de instalação e configuração dos pontos de acesso, switches PoE ou injetores (itens 2, 3 ou 4)	Unidade	64		
	07	Treinamento telepresencial	Turma	1		
	08	Site Survey	Unidade	3		

23 - ANEXOS

ANEXO I - Especificação técnica.

ANEXO II - Mapa Comparativo de Preços

ANEXO III - Ordem de fornecimento.

ANEXO IV - Ordem de Execução de Serviço.

ANEXO V - Modelo de proposta.

ANEXO VI - Modelo de formulário de avaliação técnica.

ANEXO VII - Compromisso de Confidencialidade de Informações

25 - EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nilson Carlos de Amorim

Integrante Requisitante

Alex Sandro Almeida Mattos

Integrante Técnico

Tarciano Monteiro de Sousa

Integrante Técnico

Sara Regina da Silva Lago

Integrante Administrativo

Porto Velho, 10 de maio de 2022.

Fim do documento



Documento assinado eletronicamente por **Hiuna Raiane Ramos Rosa, Pregoeiro(a)**, em 15/06/2022, às 14:45 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15890704** e o código CRC **B1B57168**.